



Mídia, Tecnologias e Subjetividade: Perspectiva Contemporânea¹

Coordenação:

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Franco Ferraz (UFF)

Participantes:

Maria Cristina Franco Ferraz², docente, Universidade Federal Fluminense - UFF

Ericson Telles Saint Clair³, doutorando, Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ

Resumo

As relações entre tecnologias, mídia e subjetividade serão pensadas a partir de uma visão historicizante e de uma concepção imanente de "poder", entendido como um feixe de relações múltiplas. Nessa abordagem, dispositivos tecnológicos e midiáticos não se apresentam de modo autonomizado, mas em seu vínculo com transformações históricas, de que ambos são ao mesmo tempo efeitos e instrumentos. Em lugar de uma mesma forma-sujeito transhistórica neles implicada, a aposta é discutir evidências de certas transformações da subjetividade atualmente em curso: de sua configuração moderna (o homem psicológico) em direção à exteriorização do "eu", na atual cultura somática. Resta investigar de que modo as tecnologias e os mídia consolidam e aprofundam esse processo, ao disseminar novas verdades acerca do sujeito humano, cada vez mais reduzido a seu cérebro, ao plano bioquímico e ao "código genético".

Palavras-chave

tecnologias; mídia; subjetividade contemporânea; cultura somática; corpo.

Proposta da Mesa

Os dois trabalhos que compõem esta mesa tematizam as complexas e ricas relações entre mídia, tecnologias e subjetividade contemporânea sob aspectos diversos. A fim de abordar tais relações, porém, algumas observações metodológicas se fazem

¹ Mesa apresentada no II Multicom - Colóquios Multitemáticos em Comunicação – Mesa, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² **Maria Cristina Franco Ferraz** é Professora Titular de Teoria da Comunicação da UFF, pesquisadora do CNPq, doutora em Filosofia pela Universidade de Paris I - Sorbonne em 1992, com dois estágios de pós-doutoramento em Berlim (Instituto Max Planck de História da Ciência em 2004 e Centro de Pesquisa em Literatura e Cultura em 2007). Líder do grupo de pesquisa Imagem, Corpo e Subjetividade do CNPq.

³ **Ericson Telles Saint Clair** é doutorando em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ sob orientação da Prof^a. Dr^a. Ieda Tucherman e bolsista de doutorado do CNPq. Mestre em Comunicação pela UFF e bacharel em Comunicação Social pela Uerj, atualmente desenvolve tese acerca das relações entre tecnologias comunicacionais e patologias psiquiátricas.



preliminarmente necessárias. Cabe inicialmente ressaltar o aspecto produtivo e produtor dos mídias, para a seguir discutir a que servem e os efeitos reais que produzem no âmbito da contemporaneidade.

As discussões metodológicas propostas, na esteira da genealogia nietzschiana, por Michel Foucault se revelam nesse caso muito produtivas. Primeira observação: os enunciados, as versões, os discursos são atravessados por sentidos táticos, estratégicos, mas essa “intencionalidade” não deve ser remetida a alguém, a um sujeito que estaria supostamente por detrás (tal como no filme “O show de Truman”, de Peter Weir [1998]). Pode-se pensar, como sugeriu Foucault, em termos de uma “intencionalidade não subjetiva”: a estratégia ou o discurso podem até ter autoria e assinatura; nem por isso se restringe a sujeitos (indivíduos ou classes sociais), ancorando-se mais amplamente em jogos de força que atravessam uma cultura, certa formação histórica, em geral independentemente da consciência dos sujeitos. Acostumados a remeter intenções a *alguém*, temos dificuldade em pensar táticas mais abrangentemente remetidas a determinada formação histórica. No caso dos discursos (inclusive do midiático), essa noção não subjetivante de intencionalidade só tem a enriquecer a abordagem, permitindo escapar de falsas questões e redimensionar aquilo que está efetivamente em jogo.

A inspiração metodológica foucaultiana pode também se revelar rentável para se desenvolver o vínculo entre mídia e produção de efeitos de verdade em outra direção: no sentido da superação de nexos causais, simplistas, redutores e mecanicistas. Nova dificuldade que contraria hábitos de pensamento firmemente arraigados. Trata-se de ultrapassar uma lógica dual causalista, reativando a instigante noção foucaultiana de “efeito-instrumento”, proposta no primeiro volume da *História da sexualidade*. De modo sintético, esse gesto equivale a operar o pensamento em uma via de mão dupla: produtores e disseminadores de “verdades”, os mídias seriam tanto *efeitos* de relações de poder e de saber prevaletentes em dada cultura quanto *instrumentos* da consolidação do que funciona como verdade em certo regime histórico.

A perspectiva foucaultiana, portanto, permite que nos afastemos de uma visão emanativa do poder, que tenderia a pensar a mídia como uma de suas poderosas “fontes”. Não que o poder não seja onipresente, mas tal onipresença não se refere a uma suposta capacidade misteriosa de o poder agrupar tudo o que há em uma unidade despótica. Pelo contrário, a onipresença do poder se dá por sua produção a cada instante, em todos os pontos, em toda relação entre um ponto e outro do tecido



histórico-social. Ao privilegiar as forças infinitamente multiplicadas, infinitesimais e imanentes, em lugar das forças transcendentais e grandiosas (caras ao pensamento dialético), a proposta foucaultiana de poder resulta mais produtiva para pensar a dinâmica do capitalismo em seus diversos fluxos e intensidades. Além disso, nesta perspectiva, as resistências não estão em uma posição de exterioridade com relação ao poder, mas, pelo contrário, são tanto seu apoio quanto seu alvo.

Outro conceito foucaultiano dos mais proveitosos e produtivos para se abordar as relações entre mídia, tecnologias e subjetividade é o de *dispositivo*. Foucault considera o dispositivo como uma rede que se estabelece entre elementos de natureza heterogênea, tais como discursos de verdade, instituições, organizações arquitetônicas, enunciados científicos, proposições filosóficas, leis, decisões regulamentares etc. Abarca, ainda, a natureza da relação entre esses elementos heterogêneos. O dispositivo funciona por sobredeterminação funcional e preenchimento estratégico. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que cada efeito de um dos elementos do dispositivo exige rearticulação e reajuste com os outros elementos heterogêneos, os possíveis efeitos involuntários do dispositivo são reutilizados imediatamente em novos arranjos estratégicos. É por isso que o dispositivo, segundo Foucault, pode também designar a formação que responde a uma determinada urgência histórica, apresentando uma função estratégica dominante.

Dando sua própria contribuição ao conceito de dispositivo, Deleuze define-o, de uma bela maneira aliás, como uma espécie de novelo luminoso ou conjunto multilinear, formado por linhas de natureza diferentes, formando processos em desequilíbrio, sujeitas a variações de direção e derivações. Em um dispositivo, a visibilidade dos objetos não é pré-existente, mas forjada pelas linhas de luz que formam, por sua vez, figuras variáveis e inseparáveis de um determinado contexto histórico: a cada dispositivo se faz portanto corresponder todo um novo arranjo de luzes. Se com Nietzsche aprendemos que toda perspectiva teórica é interessada, a abordagem de um determinado objeto pela teoria do dispositivo traz um necessário matiz politizado às relações entre mídia, tecnologia e subjetividade, ao desviar a tradicional ênfase no eterno, no idêntico a si e imutável, em favor de uma produtiva apreensão do novo.

Assim, no cerne da proposta desta mesa encontra-se o interesse em contribuir para desemaranhar tal novelo luminoso do dispositivo contemporâneo de poder que envolve mídia, tecnologias, subjetividade e efeitos de verdade. O que mobiliza este trabalho é a atualidade deste dispositivo, se entendemos atualidade, tal como sugeriu



Deleuze, não como aquilo que somos, mas como aquilo em que estamos em vias de nos transformar. Uma metodologia de inspiração foucaultiana e deleuziana, portanto, pode ser profícua para o campo da comunicação, ao iluminar de modo intencional as possibilidades de resistências que todo dispositivo de poder produz.

“Cultura Somática”

Passamos a explorar agora um dos casos que têm sido objeto de nossas pesquisas recentes: a disseminação midiática de novas “verdades” provenientes do campo das neurociências e da medicina atual, que vão se disseminando velozmente, alterando o modo de se configurar a subjetividade, o corpo, o “eu” e cristalizando certos valores e sentidos. Se, como Nietzsche apontou, Deus ruiu há séculos em nossa cultura, seu lugar – o lugar da verdade – restou operante, se laicizou e passou a ser ocupado pelas ciências, cuja potência de suscitar crenças é constantemente reforçada pelos mídia.

A título ilustrativo, tomemos a tendência atual a se reduzir tudo o que sentimos, vivemos e experienciamos ao plano bioquímico do corpo, em especial ao cérebro e aos hormônios, moduladores das redes neuronais. Vejamos brevemente, através de alguns exemplos, a extensão midiática desses sentidos e crenças e de que modo podemos abordá-los, à luz dos pressupostos filosóficos previamente esboçados.

Em 15 de abril passado, os jornais “Folha de São Paulo” e o espanhol “El Mundo” divulgaram a seguinte pesquisa realizada pela Universidade britânica de Cambridge: certos hormônios estariam por trás da tomada de decisões em bolsas de valores, exercendo portanto grande influência sobre a economia mundial. Um deles, a testosterona, estaria ligado à auto-confiança e à competitividade; outro, o cortisol, exerceria um importante papel nas respostas a situações de estresse e de incerteza. A pesquisa constatou, por exemplo, que níveis mais altos de testosterona em operadores da bolsa de Londres, verificados no início do pregão, levaram a um dia mais produtivo e bem sucedido. Seu excesso, entretanto, à irracionalidade na tomada de decisões e à tendência nociva de correr riscos extremos. Esses esteróides seriam portanto uma espécie de “substrato biológico” para os mercados de ações.

Os mídia disseminam, portanto, certas verdades neurocientíficas atualmente prevalentes, que se expandem na cultura, fazendo com que cada vez mais associemos todas as esferas da vida, até mesmo as frenéticas operações do mercado de ações, aos



hormônios que circulam em nossos corpos. Nossos prazeres, sucessos, fracassos, incômodos e tensões são crescentemente atribuídos a hormônios que atuam no cérebro, tais como os chamados hormônios do estresse, a endorfina e a serotonina. Aos poucos, termos científicos como esses vão penetrando no vocabulário mais cotidiano. Não é incomum se ouvir dizer, por exemplo, que *malhar* libera endorfina, provocando uma agradável sensação de prazer e de bem-estar.

Essa tendência se insere em um movimento (identificado em nossa cultura por vários autores) de biologização crescente de todas as esferas da vida (com base no tripé cérebro/hormônios/gens), o que tem evidentes implicações sobre a crescente despolitização da vida contemporânea. O campo das ciências *psi* (ligadas à produção moderna da subjetividade interiorizada) entra em crise ou declínio, em favor de novos roteiros de subjetivação inerentes à atual *cultura somática*. Eis o que escreve a esse respeito o sociólogo Nikolas Rose:

A saúde se tornou atualmente um princípio ético central e não surpreende que descontentamentos encontrem tão freqüentemente sua expressão em termos médicos e psiquiátricos. Durante mais ou menos os primeiros 60 anos do século XX, os seres humanos se entenderam como habitados por um profundo espaço psicológico interior [...]. Mas ao longo dos últimos 50 anos, os homens também passaram a se ver como criaturas ‘biológicas’ – a se entender, falar e agir sobre si mesmos como tipos de seres cujas características são moldadas por sua biologia. Esse desenvolvimento – que chamo de *individualidade somática* – está reconfigurando as fronteiras da normalidade e da patologia, da doença e da saúde mentais. Passamos a pensar em nós mesmos como indivíduos cujos estados de ânimo, desejos, conduta e personalidades são forjadas, em parte, pela configuração particular de sua neuroquímica, e que podem portanto ser moderados ou modulados atuando sobre essa neuroquímica, atuando sobre o cérebro por meio de drogas (ROSE, 2006, p. 480-481, minha tradução).

Essa tendência à biologização da subjetividade é reforçada, ainda, no campo da genética, em que profundas alterações dos jogos de saber e poder estão sendo promovidas. Nesse contexto, o Projeto Genoma talvez seja a mais ambiciosa proposta de reformulação de saberes e poderes sobre o homem. Como é amplamente sabido, os cientistas dedicados a esse empreendimento buscam realizar o total mapeamento de genes que constituem o humano. Segundo Paul Rabinow, o Projeto Genoma é técnico-científico em dois sentidos específicos: tanto na medida em que crê que o desenvolvimento técnico permitirá alcançar os resultados pretendidos quanto na medida em que tal conhecimento permitirá intervir nos genes e produzir novos tipos de humanos. A aposta de Rabinow “é que a nova genética deverá modelar a sociedade e a vida com uma força infinitamente maior do que a revolução física jamais teve, porque



será implantada em todo o tecido social por práticas médicas e uma série de outros discursos” (RABINOW, 2002, p. 143). Assim, por exemplo, os cientistas crêem poder identificar, no futuro, a partir do mapa genético de uma pessoa, todas as propensões que ela teria para desenvolver determinadas doenças. Desta forma, a prevenção contemporânea corresponderia basicamente a um mapeamento de riscos.

Deleuze, em seu célebre *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*, alertou que os indivíduos formados pela disciplina tornavam-se pouco a pouco *individuais*, ou seja, cada vez mais amostras e bancos de dados, seres cindidos em perene competição consigo próprios e equacionados em termos de informações codificáveis. A gestão de riscos alimentada pelas novas verdades provenientes da genética vai ao encontro dos prognósticos deleuzianos. A prevenção de doenças segundo a lógica da genética trabalha no sentido de uma gestão de fatores de uma série de riscos em bancos de dados. Novamente segundo Rabinow,

O risco não é o resultado de perigos específicos colocados pela presença imediata de uma pessoa ou um grupo de pessoas, mas sim a fusão de “fatores” impessoais que tornam um risco provável. Assim, a prevenção é a vigilância, não do indivíduo, mas sim de prováveis ocorrências de doenças, anomalias, comportamentos desviantes a serem minimizados, e de comportamentos saudáveis a serem maximizados. Estamos aos poucos abandonando a antiga vigilância face-a-face do indivíduo e grupos já conhecidos como perigosos ou doentes, com finalidades disciplinares ou terapêuticas, e passando a projetar fatores de risco que desconstroem e reconstroem o sujeito individual ou grupal, ao antecipar possíveis *loci* de irrupções de perigos, através da identificação de lugares estatisticamente localizáveis em relação a normas e médias. Por meio do uso de computadores, os indivíduos que compartilham certas características ou conjunto de características podem ser agrupados de uma maneira que é não apenas descontextualizada de seu ambiente social, mas também não-subjetiva – no duplo sentido de atingida objetivamente e de não se aplicar a um sujeito em nada semelhante ao antigo sentido da palavra, isto é, o sofrimento, significativamente situado, integrador de experiências sociais, históricas e corporais (Ibid., p. 145).

Diante desse novo arranjo de forças, a própria idéia de doença é relativizada em benefício da noção de deficiência. Estaríamos, segundo Rabinow, diante de uma “morte da clínica”, visto que esta teria se formado, como mostrou Foucault, no mesmo contexto da emergência do indivíduo. Em tempos de controle, em que os indivíduos tornam-se *individuais*, o problema não é tratar de doenças, mas compensar deficiências. A deficiência seria, portanto, “qualquer condição física, mental ou situacional que produziria fraqueza ou problema em relação ao que é considerado normal (...) Seriam



déficits a serem compensados psicológica, social e espacialmente e não doenças a serem tratadas: ortopedia, não terapêutica” (Ibid., p. 146).

A partir do contexto apresentado, esboçamos, então, dois exemplos que possam colocar em funcionamento tanto as premissas filosóficas aqui brevemente apontadas quanto a metodologia sugerida.

1. Equação Mulher-hormônio

Do jogo do mercado financeiro a todo tipo de bem-estar ou mal-estar, de prazer ou desprazer, tudo pode ser remetido e reduzido à bioquímica do corpo. Essa nova ênfase atinge atualmente tanto homens quanto mulheres, mas é sobre as mulheres que ela tende a recair de modo mais evidente e disseminado.

Isso não ocorre por acaso. Em nossa cultura, a mulher sempre foi mais marcada como gênero e especialmente caracterizada por sua curiosa anatomia. No século XXI, a experiência subjetiva da mulher passa a ser relacionada (por ela mesma, inclusive) cada vez mais à modulação de seus níveis hormonais. Essa tendência a reduzir a experiência aos hormônios aponta para uma nova maneira de se entender a feminilidade, que reforça certos valores e termina por gerar novos modos de se auto-descrever. Cabe então historicizar esse tema específico, desdobrar algumas de suas implicações filosóficas, éticas e culturais, para emprestar maior consistência ao vínculo entre mídia, verdade e subjetividade aqui privilegiado. Como inserimos os mídia em um movimento cultural mais abrangente, iremos, de início, discutir alguns aspectos do tema de modo sucinto, antes de salientar e comentar sua ampla divulgação midiática.

A partir dos anos 60, a mulher foi sendo cada vez mais remetida a seus níveis hormonais. Robert Wilson divulgou e promoveu então intensamente a terapia de reposição hormonal para todas as mulheres, “da menopausa ao túmulo”. O título de seu best-seller de 1966, *Feminine forever* (Para sempre feminina), lembra curiosamente certos lemas publicitários de produtos cosméticos. A terapia de reposição hormonal, a partir de então massivamente difundida, apóia-se no pressuposto de que o declínio da produção de estrogênio na menopausa acarreta um progressivo processo de *desfeminização*.

Feminilidade passa, assim, a ser cada vez mais reduzida a processos hormonais e radicalmente anexada ao campo da medicina. A menopausa deixa de ser encarada como



uma etapa natural no processo de envelhecimento do corpo da mulher. Associa-se à doença, por meio da expressiva noção de *déficit*. Aliás, o próprio envelhecimento já tangencia o patológico, o que aponta para um dos temores que mais assombram nossa cultura: o horror aos efeitos devastadores da passagem do tempo sobre nossos corpos e cérebros, que devem se manter sempre *fit*, saudáveis, ativos e produtivos, termos tornados praticamente equivalentes.

A equação mulher-hormônio representa uma grande oportunidade para negócios altamente lucrativos, tanto no campo da medicina mais ortodoxa (terapia de reposição hormonal, por exemplo) quanto nas vias mais alternativas (uso de substâncias fitoterápicas, suplementos vitamínicos etc). Como a diminuição hormonal na menopausa atinge mulheres de todas as raças, camadas sociais e continentes, a totalidade das mulheres de meia-idade se transforma em um vasto grupo potencial de tratamento médico ou alternativo. Aquilo que a natureza deixa de produzir como por uma espécie de equívoco se transforma em um imenso nicho de mercado para a poderosa indústria farmacêutica.

A noção de *déficit*, significativamente extraída do campo da economia, sugere que o estrogênio deveria continuar a ser produzido pelo corpo da mulher até o final de sua vida. Nesse sentido, ter diminuída sua produção representa uma falha a ser minimizada. Notícia bastante alarmante, em uma época em que a saúde se espetaculariza na superfície dos corpos e se espelha na imagem corporal, afetando a tão proclamada *auto-estima*. O declínio do estrogênio tende então a ser vivido de modo muito mais angustiado, alimentando a demanda por soluções medicamentosas ou alternativas, uma vez que afetaria a própria feminilidade, remetida tão-somente ao corpo biológico e à imagem de si.

A terapia de reposição hormonal também é uma das expressões da lógica do risco que impera em nossa cultura: nesse caso, riscos de osteoporose e de futuras doenças cardiovasculares. Esses riscos de doenças futuras teriam de ser prevenidos desde sempre, ao longo de toda a vida. Essa mentalidade não se restringe ao caso da menopausa, mas, como vimos anteriormente, se estende a diversas áreas da vida contemporânea.

Embora diversas feministas tenham polemizado sobre os possíveis malefícios (e riscos!) da controversa terapia de reposição hormonal e proposto alternativas não medicamentosas (mudança de estilo de vida, caminhadas, *fitness*), elas não deixaram de



endossar os pressupostos implicados na terapia de reposição hormonal⁴. Eis, em síntese, alguns deles: a lógica do risco; a desvalorização do envelhecimento, cada vez mais associado a um estado meramente deficitário, a uma dependência onerosa em todos os sentidos (material e afetivo); a perspectiva de manutenção a todo preço de uma saúde intimamente vinculada à jovialidade e à produtividade; a visão da menopausa como doença ou risco de doenças futuras e, por fim, a equação feminilidade/hormônio, cada vez mais acreditada.

A cultura da prevenção e da seguridade contra riscos embute a idéia de que temos o dever de nos precavermos contra doenças, como se pudéssemos controlar através de nossas escolhas e comportamentos todos os seus vetores. Se formos bons cidadãos, sujeitos moralmente decentes, devemos nos responsabilizar não apenas pelos hábitos que poderiam levar à doença mas também pela preocupação permanente com a produção da própria saúde. Quem não cuida bem de si, bom sujeito não é: eis o lema implícito em muitas de nossas práticas e discursos.

Ora, no caso das mulheres com poder aquisitivo suficiente para “cuidarem de si”, esse cuidado implica manter-se saudavelmente ativa e ser feminina *forever*. O problema, nesse caso, se agrava, pois como a menopausa ocorre relativamente cedo em uma vida que tende a se estender muito além da meia-idade, os cuidados terão de ser intensificados e a vigilância, reforçada.

A equação feminilidade/hormônio se estende igualmente a outras etapas da vida da mulher. Esse é o caso das populares TPM's (identificadas na década de 80), abreviação para “tensão pré-menstrual”, levadas até mesmo em conta em julgamentos de crimes, na condição de circunstâncias atenuantes. Um artigo recente no jornal “O Globo”⁵, intitulado “O país da TPM”, informa que uma pesquisa realizada pela Universidade Estadual de Campinas e pelo Centro de Pesquisa em Saúde Reprodutiva de Campinas revela que 80% das brasileiras entrevistadas são ou foram afetadas por esse distúrbio, comprovando (e aprofundando) o enraizamento desse modo de lidar com a própria experiência do corpo e de seus afetos. Ressalte-se que a própria situação da pesquisa, ao colocar a entrevistada diante de perguntas a que deve responder, também colabora para a consolidação de verdades. Pois, como mostraram filósofos, estudiosos

⁴Cf. HARDING, Jennifer. Bodies at risk: sex, surveillance and hormone replacement therapy. In: PETERSEN, A. e BUNTON, R. (orgs.). *Foucault, Health and Medicine*. Londres/Nova York: Routledge, 2000.

⁵ “O Globo” de 06/04/2008, sessão “Saúde”, p. 44.



da linguagem e da comunicação, ser confrontado a perguntas e respondê-las tem por efeito anexar o sujeito falante a determinados horizontes de sentidos.

O artigo menciona, aliás, um pesquisador que observa que o resultado tão amplo da pesquisa pode estar também refletindo o “efeito desse verdadeiro bombardeio de informação sobre o tema”, a partir de sua ampla disseminação em revistas femininas desde a década de 80. Hoje TPM alcançou, inclusive, o status de título de revista. O artigo não aproveita entretanto essa deixa e suspeita para pôr em questão seu próprio papel. Afinal, o jornalismo em geral não exerce a auto-reflexividade que marca certa produção ficcional moderna e contemporânea.

Ocupando praticamente toda a página da sessão “Saúde” de “O Globo” da edição de 6 de abril, o artigo reproduz ainda dois quadros, um deles (que ocupa quase ¼ da página) pintado por Jacopo Amigoni em que a “fúria feminina” se expressa como violento gesto homicida contra um homem dominado. A legenda completa a cena, atribuindo essa fúria à irritabilidade - “um sintoma da TPM”. Anacronicamente, a TPM torna-se assim causa única, finalmente descoberta e revelada, de todo tipo de destempero feminino. Em um box acrescentado à matéria (“Veja se você sofre da síndrome”), há listagens de sintomas (divididos em *físicos* e *emocionais*) que funcionam como um convite para que a leitora se avalie e enquadre. A cultura somática supõe, como mostrou Nikolas Rose (Rose, 2006), a expansão e disseminação de diagnósticos psiquiátricos, em casos fronteiros da normalidade. Significativamente, esse box acrescido à matéria induz à inclusão no diagnóstico da TPM, acrescentando ainda: “se a mulher apresenta pelo menos cinco sintomas (sendo pelo menos um deles obrigatoriamente emocional), em sete ciclos ao longo do ano está caracterizada a forma mais severa do problema [...] Nesses casos, a mulher deve procurar um médico”. E antecipa, apontando para a expansão do uso de medicamentos antidepressivos muito além do diagnóstico da “depressão”: “O tratamento pode incluir pílulas anticoncepcional (sic) ou antidepressivos”. Ao final, O GLOBO NA INTERNET sugere o link com o seguinte artigo da sessão “vivermelhor/mulher”: “Suplementos vitamínicos e dieta funcional ajudam a amenizar crises de TPM”.

2. Mídias e Patologias Psiquiátricas

Também no ramo da saúde mental encontram-se descrições de novas patologias – tais como depressão, síndrome do pânico, transtorno de déficit de atenção e



hiperatividade (TDAH), transtorno bipolar de humor, transtorno obsessivo compulsivo (TOC), transtornos de ansiedade e outros – que promovem outros parâmetros tanto no âmbito dos saberes quanto na esfera das relações de poder e, principalmente, na produção de subjetividade. É a partir de *sintomas* (presença ou falta deles) que muitos indivíduos têm-se compreendido atualmente como seres sociais. No que diz respeito aos saberes, há uma profusão de literatura médica especializada e voltada ao grande público que têm nessas novas patologias seu foco principal, como ratificam as listas de livros mais vendidos e as prolixas matérias em revistas de comportamento e jornais em geral.

Um bom exemplo dessa disseminação de novas verdades acerca das patologias psiquiátricas pode ser encontrado no suplemento “Serafina” do mês de Junho de 2008 da “Folha de São Paulo”, em que aparece o perfil do empresário David Neeleman, dono da Azul, nova companhia aérea que atuará no Brasil. Em um curioso trecho da matéria intitulado “Mal de gênio”, lemos o seguinte trecho:

A aptidão para os negócios começou cedo. O empresário é portador da Síndrome de Déficit de Atenção, caracterizada pela dificuldade de concentração. É também conhecida como “mal dos gênios”, já que alguns prodígios como Albert Einstein, Leonardo da Vinci, Steven Spielberg e Walt Disney sofreram da mesma doença. Neeleman não toma remédios. Diz que o distúrbio o faz mais criativo, obriga-o a trabalhar com mais paixão e a manter o foco no negócio. Mas é comum, por exemplo, ele se perder em hotéis ou ficar agitado se é obrigado a permanecer muito tempo sentado.

No terreno das relações de poder, em vários níveis, a saúde mental tem sido foco de preocupação: seja no aumento dos diagnósticos de tais doenças, no crescimento de produção e venda de psicofármacos ou na implementação de uma série de políticas públicas na direção das novas patologias mentais. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 3% da população mundial sofrem com transtornos mentais severos e persistentes e 12% necessitariam de algum atendimento em saúde mental, contínuo ou eventual. Ainda segundo a OMS, a expectativa é de que o número de pessoas com enfermidades mentais na região das Américas chegue a 176 milhões em 2010, sendo a depressão responsável por 24% dessas doenças desde o ano 2000⁶.

⁶ Segundo o presidente da Associação Internacional de Prevenção ao Suicídio, Dr. Brian L. Mishara, morre-se mais no mundo de suicídio do que em atos terroristas, guerras e violência inter-pessoal. No mundo todo, os governos têm re-elaborado suas políticas de intervenção de acordo com os novos paradigmas médicos. O governo brasileiro, que destina 2,3% do orçamento anual do Sistema Único de Saúde (SUS) à saúde mental, tem-se esforçado, desde a década de 90, na chamada Reforma Psiquiátrica. A idéia é reduzir o investimento em hospitais, aumentando em contrapartida as verbas para pequenas unidades de tratamento nas comunidades, por meio dos 918 Centros de Atenção Psicossocial (Caps).



As novas verdades acerca da saúde mental perpassam não apenas a chamada grande mídia como também o ciberespaço. Na Internet brasileira, cresce o número de grupos de apoio formados por indivíduos que se identificam com os diagnósticos contemporâneos de saúde mental. Essas pessoas reúnem-se em fóruns de discussão por e-mail, comunidades virtuais no *orkut* e outros, na tentativa de discutir entre si as características, as saídas possíveis, as dores e os eventuais prazeres de sua “condição”. Além de numerosos, tais grupos são bastante ativos. Na comunidade *Depressão*, do *orkut*, no dia 25 de Julho de 2007, um jovem desabafa: “*Tive uma prova de física hj (sic) e não me saí muito bem. quero nem (sic) ver o resultado*”. Em contato com outros “depressivos”, o desabafo do rapaz que foi mal na prova, fato que seria bastante corriqueiro para qualquer estudante, adquire outro sentido em comentários como “*quando vc (sic) puder fazer seu tratamento vai se sentir melhor*”.

A escrita constante no poder disciplinar, por meio de relatórios e inspeções atualizados a todo o momento, compunha com a visibilidade dos corpos uma relação de retroalimentação, produzindo como efeito uma individualização moldada, centralizada e esquemática. A escrita de si na rede, de alguma forma, prolonga essa característica da disciplina. A permanência de sua própria patologia é garantida pela sua constante exposição por meio da escrita na forma de conversação virtual.

O filósofo e sociólogo Gabriel Tarde, na virada do século XIX para o XX, alertava que “a conversa é a causa infinitesimal, porém contínua e universalmente atuante, de todas as formações e transformações sociais, não apenas lingüísticas, mas religiosas, políticas, econômicas, estéticas e morais” (TARDE, 1973). Na construção de uma abordagem microscópica do *sócius*, Tarde constituiu um arcabouço teórico indissociável das relações de comunicação. É pela conversação, segundo Tarde, que se operam as micro-relações de poder no sentido tanto da ratificação dos discursos quanto na produção de diferenças: em suma, na moldagem de subjetividades. Tarde afirma que “os próprios atos do poder, triturados pela imprensa, remastigados pela conversação, contribuem em larga medida para a transformação do poder” (TARDE, 2005, p. 120).

Constantemente nas redes sociais, ratificam-se as novas verdades da saúde mental a partir de *best-sellers* que tratam do assunto. “Mentes inquietas”, da psiquiatra Ana Beatriz Silva, por exemplo, é um livro de auto-ajuda para identificação dos portadores do distúrbio de déficit de atenção. Curiosamente, ele também é tema de discussão em grupos da rede. Em uma comunidade sobre TDAH (ou DDA), um membro confessa: “li mentes inquietas e aí descobri que sou uma dda. Consigo fazer um



monte de coisas ao mesmo tempo. Esse livro me fez compreender muita coisa”. Percebe-se, por meio deste exemplo, que contribuem para a expansão de autodiagnósticos diferentes elementos tais como as redes sociais do ciberespaço, a grande mídia e os textos da psiquiatria contemporânea, também amplamente vulgarizados e disseminados midiaticamente.

Nesse sentido, uma das principais características da gestão de riscos no ramo da saúde contemporânea é o crescente hiato institucional entre o diagnóstico e a terapêutica. A intervenção terapêutica direta é diminuída em favor de uma autovigilância, de uma atenção sobre si que é menos um cuidado de si foucaultiano do que um novo panoptismo (a que corresponderiam novos diagramas e jogos do olhar), em que se internalizaria a vigilância independentemente da ameaça de intervenção direta do “vigia”. Pode-se argumentar, ainda, que o declínio dos asilos psiquiátricos, a ascensão da indústria farmacêutica, a profusão de novos diagnósticos de patologias psiquiátricas, a veiculação de tais diagnósticos em textos da grande mídia e a conversação engendrada por meio das tecnologias de comunicação fazem parte de uma mesma modalidade de exercício de poder, de um mesmo dispositivo, enfim.

Conclusão

Vemos então de que modo, disseminando-se nos mídia e relacionando-se com as novas tecnologias, certas novas verdades vão se consolidando. No caso da equação mulher-hormônio, na medida em que a mulher passa a ser mero efeito (sempre instável) de seus hormônios, reforça-se a cultura somática que tem por efeito fornecer novos roteiros de auto-descrição, enquanto desinveste o sujeito de sua potência transformadora do mundo e de si. Aliás, o tema do cuidado de si, eticamente tratado por Michel Foucault, foi parcialmente apropriado (à revelia de sua filosofia) pela cultura da performance e da imagem de si. Nessa cultura, o que parece estar em questão é sentir-se bem a todo custo, regulando o corpo e seus hormônios pelo ritmo e compasso adequados a uma gestão otimizada da vida. Também no caso dos distúrbios psiquiátricos contemporâneos, tanto os meios de comunicação tradicionais quanto as novas tecnologias do ciberespaço ratificam novas verdades concernentes ao normal e ao patológico, privilegiando a ortopedia em detrimento da terapêutica, tendo o cálculo de risco como medida do que se é. Assim, em sua condição de *efeitos-instrumentos* de determinada formação histórica, os mídia reproduzem e divulgam essas novas verdades,



cujas implicações e cujos valores nos cabe discutir e estimar. Não para se chegar a qualquer verdade última e definitiva, mas para se entender e avaliar novos efeitos de verdade que, disseminados insistentemente nos mídia, somos levados a incorporar de modo em geral irrefletido.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Qu'est-ce qu'un dispositif?** Paris: Ed. Payot & Rivages, 2007.

DELEUZE, Gilles. “¿Que és un dispositivo?”, in **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990.

_____. “Post-scriptum sobre as sociedades de controle”, in **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1 – A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. “Sobre a história da sexualidade”, in **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

HARDING, Jennifer. Bodies at risk: sex, surveillance and hormone replacement therapy. In: PETERSEN, A. e BUNTON, R. (orgs.). **Foucault, Health and Medicine**. Londres/Nova York: Routledge, 2000.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LIMA, Rossano Cabral. **Somos todos desatentos? O TDA/H e a construção de bioidentidades**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

RABINOW, Paul. “Artificialidade e iluminismo: da sociobiologia à biosociabilidade”, in **Antropologia da razão**. Trad. João Guilherme Biehl. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RABINOW, P. e ROSE, N. **Thoughts on the Concept of Biopower Today**. 2003. Disponível em:
<<http://www.lse.ac.uk/collections/sociology/pdf/RabinowandRose-BiopowerToday03.pdf>>.
Acesso em: 09 Jun 08.

ROSE, Nikolas. “Disorders without borders? The expanding scope of psychiatric practice”, in **BioSocieties**, 1, London School of Economics and Political Science, 2006.



_____. **The politics of life itself: biomedicine, power, and subjectivity in the twenty-first century.** Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2007.

SANTOS, Laymert Garcia. **Politizar as novas tecnologias.** São Paulo: Ed. 34, 2003.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Écrits de psychologie sociale.** Toulouse: Edouard Privat, 1973.

Títulos e Resumos dos Participantes da Mesa

Resumo 1

Mídia, cultura somática e subjetividade contemporânea

Maria Cristina Franco Ferraz – docente, Universidade Federal Fluminense - UFF

Pretende-se explorar a disseminação e expansão da "individualidade somática" nos mídias, especialmente no discurso jornalístico atual. Na contemporaneidade ocorre um deslocamento do modo de produção da subjetividade: o homem psicológico moderno, dotado de interioridade, vem sendo parasitado (e mesmo substituído) por roteiros de subjetivação ancorados em uma noção de corpo cientificamente determinada, com ênfase no cérebro, no plano bioquímico (hormônios, proteínas) e no código genético. A partir de alguns exemplos de artigos de jornal será tematizado o vínculo entre a atual expansão da cultura somática, de novas "verdades" provenientes dos campos das neurociências e da genética, e a subjetividade contemporânea. Ênfase será atribuída ao fenômeno de "exteriorização do eu" (vinculado à cultura da imagem e do espetáculo) de que os mídias são simultaneamente efeitos e instrumentos.

Resumo 2

Patologias em rede: biopoder e ciberespaço

Ericson Telles Saint Clair – doutorando, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Trata-se de investigar de que modo a comunicação mediada por computadores atua na produção subjetiva de indivíduos descritos como portadores de transtornos psíquicos contemporâneos tais como depressão, síndrome do pânico, transtorno de déficit de atenção (TDA) etc. Para isso, analisaremos grupos de apoio presentes na rede digital, em que, por meio da conversação, articulam-se as novas verdades da psiquiatria na reprodução de novos liames entre o normal e o patológico, na contração da terapêutica em proveito da ortopedia, na gestão de risco como parâmetro da experiência e na disseminação de auto-diagnósticos. Aposta-se que o ciberespaço é um importante elemento da rede que atualmente forma o dispositivo do biopoder, em que tanto a anátomo-política do corpo humano quanto a biopolítica das populações operam em uma lógica de fluxos e em espaços abertos.